

Pelo quinto dia consecutivo, a cotação do dólar comercial fechou em alta, dessa vez de 0,61%. Com isso, o preço de venda da moeda norte-americana terminou o dia em R\$ 3,701, o maior valor em 26 meses. A alta do dólar ocorre um dia depois do Copom decidir manter os juros básicos da economia em 6,5% ao ano, numa tentativa de lidar com o aumento da volatilidade internacional de capitais e evitar a retirada de investimentos do país.

Banco do Brasil vai reduzir juros em algumas modalidades de crédito, diz Caffarelli

O presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, afirmou que, independentemente da decisão da última quarta-feira (16), do Copom de manter a Selic em 6,50% ao ano, a instituição vai reduzir juros de algumas modalidades de crédito. Ocorrerá, segundo ele, no cheque especial e na linha de capital de giro voltada às empresas. "Estamos anunciando uma redução de juros em algumas linhas de crédito, principalmente, no cheque especial", disse Caffarelli, durante conversa com jornalistas, na tarde

de ontem (17), no evento do lançamento do projeto Orquestrando o Brasil.

Segundo o executivo, a decisão do BC não pode ser encarada como uma surpresa porque não significa que a cada Copom tem de se fazer uma redução de juros. "O Banco Central foi extremamente diligente tendo em vista o momento", acrescentou. A manutenção dos juros, conforme o presidente do BB, não ameaça de forma alguma a recuperação do crédito no País. Ele reafirmou que há uma retomada do crescimento, mas que não ocorrerá na velocidade que o banco gostaria.

"É uma retomada do crescimento (do crédito) com base em uma crise absolutamente grande, mas não tenho dúvida de que vamos continuar nesse processo de retomada", destacou Caffarelli, explicando que, neste momento, há uma série de efeitos externos que estão afetando o País.

Sobre dados divulgados recentemente e que motivaram a revisão das projeções para o PIB brasileiro, o presidente do BB disse que, se a economia não crescer 3% este ano, vai se expandir 2,5%. Dentro de um cenário de retomada da atividade, segundo ele, esse



O presidente do Banco do Brasil reafirmou que há uma retomada do crescimento, mas que não ocorrerá na velocidade que o banco gostaria.

é um número "absolutamente forte".

Caffarelli ressaltou que a demanda por crédito tem crescido no País e que mediante a retomada econômica a tendência é que a procura por

empréstimos fique ainda mais forte. De acordo com ele, os números mostram que os desembolsos de crédito tanto para pessoa física quanto jurídica estão crescendo. Disse ainda que a redução de juros que os

bancos têm promovido não é sinônimo de que o crédito está retomando de forma mais fraca que o esperado, mas um ajuste em relação à queda da Selic e também a volta dos bancos para o crédito (AE).

TST: cobrança de custa processual só após reforma

Brasília - O ônus de arcar com honorários e as custas processuais em casos de derrota só deve passar para os trabalhadores que entraram na Justiça contra seus empregadores após o início da vigência da nova Legislação Trabalhista. A conclusão está no parecer da comissão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que tenta pacificar a jurisprudência das novas regras, e que ainda será levado ao plenário do órgão.

O texto da reforma trabalhista foi publicado em 13 de julho do ano passado e entrou em vigor no dia 11 de novembro. No entendimento dos nove ministros que formam a comissão, somente as ações judiciais iniciadas após desta data em diante estarão sujeitas à norma que passou para o trabalhador os custos do processo em cada de derrota na Justiça.

A nova lei estabelece no artigo 790-B que "a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita". Para os ministros da comissão, esse



TST tenta pacificar a jurisprudência das novas regras.

trecho não deve ser aplicado aos processos antigos.

Segundo o parecer, outro trecho da nova lei que só deve valer para os processos iniciados a partir de 11 de novembro é o artigo 793-C, que estabelece que "o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou" (AE).

Levantamento de café da Conab mostra produção recorde

O Brasil terá a maior produção de café da sua história. É o que confirma o 2º levantamento da safra 2018, divulgado ontem (17), pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A quantidade total deve ficar em 58 milhões de sacas beneficiadas de 60 quilos. O crescimento apontado é de 29,1% em relação à safra passada, que alcançou 44,9 milhões de sacas. Com relação ao arábica, a produção estimada é de 44,3 milhões de sacas, ou seja, um acréscimo de 29,4%. Já a quantidade de conilon deverá chegar a 13,7 milhões de sacas, com aumento de 27,9%.

De acordo com o estudo, o bom resultado deve-se, entre outros motivos, à bialidade positiva e às boas condições climáticas. No último período de alta bialidade, que ocorreu em 2016, o país teve uma produção de 51,4 milhões de sacas, considerada até então a maior do país e superada pela safra 2018. Outro motivo para os números positivos seria o avanço do pacote tecnológico



O maior estado produtor é Minas Gerais, com um total de 30,7 milhões de sacas.

neste setor, sobretudo de variedades mais produtivas.

O maior estado produtor é Minas Gerais, com um total de 30,7 milhões de sacas, sendo 30,4 milhões de arábica e 335,8 mil sacas de conilon. No Espírito Santo, a produção chegou a 12,8 milhões de sacas, com 8,3 milhões para conilon e 4,5 milhões para o arábica. Em São Paulo, onde só é produzido o café arábica, a quantidade chegou a 6,1 milhões de sacas. A Bahia também apresentou bons resultados, com produção de 2,7 milhões do conilon e 1,8 milhões do arábica (GI/Conab).

Juiz retira benefícios de Lula

Um juiz federal concedeu ontem (17) uma liminar que retira os benefícios pagos pela União ao ex-presidente Lula, como o cartão corporativo, assessores, motoristas, carros e seguranças. A decisão atende a uma ação popular movida por Rubens Nunes, coordenador nacional e advogado do Movimento Brasil Livre (MBL). A liminar foi assinada pelo juiz federal Haroldo Nader, da 6ª Vara Federal da 3ª Região. O magistrado afirmou que, como o petista está detido em um prédio da Polícia Federal em Curitiba, seus benefícios não seriam mais necessários, pois Lula estaria "muito mais em segurança do que tivera quando livre".

Nader também ressaltou que, apesar da condenação do ex-presidente não mudar o que está previsto na lei em relação aos benefícios a ex-ocupantes de cargos públicos, a Constituição prevê a suspensão de atos com custos para o patrimônio da União em caso de "inexistência dos motivos" que os justificaram inicialmente. Para ele, por Lula estar preso, não precisa mais de funcionários especiais a seu dispor (ANSA).

Denúncias contra Temer causaram 'prejuízo político' ao governo

Brasília - As denúncias feitas pelo executivo Joesley Batista, em maio de 2017, que envolveram o presidente Temer, trouxeram prejuízo político para o governo e também para a aprovação da reforma da Previdência. A afirmação foi feita ontem (17), pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, quando questionado sobre a influência dessas denúncias na política e economia do País.

"Não posso ignorar que isso trouxe prejuízo político para o governo porque, durante algum tempo, tivemos de gastar energia para fazer com que o Congresso se ocupasse da análise e da negativa de autorização para que o presidente não fosse processado. O fato não existiria, isso foi esclarecido e o Congresso não recebeu a denúncia", afirmou. Padilha reconheceu que, mesmo com a recusa da denúncia por parte



Ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha.

da Câmara, o episódio trouxe prejuízos porque se perdeu tempo analisando o tópico.

"A reforma da Previdência estava praticamente aprovada quando esse tópico veio à luz. Se a tivéssemos aprovado, seguramente a situação fiscal brasileira e a projeção de crescimento do PIB teria sido muito diferente. Então, houve

prejuízo na aprovação da reforma da Previdência", enfatizou o ministro que aproveitou para defender a necessidade da reforma, ao dizer que "não se pode pensar em estabilidade fiscal no Brasil sem ter coragem de se enfrentar a questão previdenciária".

Ele lembrou que mais de 50% do orçamento da União hoje está comprometido com a seguridade social, especificamente com a Previdência. "Temos de seguir no rumo da reforma", afirmou, lembrando que talvez não seja possível mais fazer no governo Temer, em razão da intervenção na área de segurança do Rio de Janeiro. Mas, destacou, o próximo governo terá de debater e ter propostas para a questão. "Como ocorreu em outras nações do mundo, que tiveram que enfrentar esse tópico, nós teremos de enfrentar", afirmou (AE).

Documentos da CIA são 'assunto de historiadores'

Brasília - O ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, minimizou ontem (17), a descoberta de registros da CIA americana, que documentam a participação de agentes do Estado brasileiro em operações para torturarem ou assassinarem cidadãos brasileiros no período da ditadura militar. Luna disse que este assunto se "esgotou" e é apenas uma questão de "historiadores".

"Para o Ministério da Defesa, esse tema se esgota na Lei da Anistia. A partir daí, é uma atividade para historiadores e, se tiver demanda, para a Justiça. Isso passa a ser assunto de historiadores e Justiça, se houver demanda. Com a Lei da Anistia, do ponto de vista militar, este assunto está encerrado", disse. Essa declaração contradiz com a postura do próprio governo. Nesta semana, em visita à China, o chanceler Aloysio Nunes confirmou que vai requisitar os documentos "que ainda não foram publicados".

A iniciativa do governo brasileiro se segue à revelação feita na semana passada pelo pesquisador da FGV, Matias Spektor, sobre um registro da CIA de 1974 informando que o ex-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) aprovou uma po-



Ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna.

lítica de "execuções sumárias" de opositores do regime.

Outro memorando, de 11 de fevereiro de 1971, escrito pelo assessor do Conselho Segurança Nacional dos Estados Unidos, Arnold Nachmanoff, mostra que o governo americano acreditava que o presidente brasileiro Emilio Garrastazu Médici "devia ter consciência da extensão da violência usada pelas forças de segurança brasileiras". "E, talvez, dado consentimento tácito em vez de enfrentar os elementos da linha dura nas Forças Armadas" (AE).

TRF4 nega último recurso e autoriza prisão de Dirceu

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) rejeitou ontem (17) o último recurso do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, contra a condenação a 30 anos e nove meses de prisão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e participação em organização criminosa, no âmbito da Operação Lava Jato. O recurso, do tipo embargo de declaração, foi rejeitado pela Quarta Seção do TRF4, colegiada que reúne os membros das Sétima e Oitava turmas do tribunal, especializadas em direito penal.

Eles determinaram a comunicação imediata ao juiz federal Sérgio Moro, para que seja determinada a execução da pena de Dirceu. Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, é o responsável pela condenação em primeira instância. Cabe a ele decidir se decreta a prisão de Dirceu, com base no entendimento atual do STF, que autoriza a execução provisória de pena após esgotados os recursos em segunda instância.

No momento, Dirceu está solto, por força de um habeas corpus concedido em maio do ano passado pela Segunda Turma do STF, após ele ter ficado quase dois anos preso em Curitiba preventivamente.



O TRF4 condenou Dirceu a 30 anos e nove meses de prisão.

Apesar de solto, por determinação de Moro, Dirceu utiliza uma tornozeleira eletrônica e não pode se ausentar de Brasília, onde tem residência.

Dirceu foi condenado por Moro a 20 anos e 10 meses de prisão em maio de 2016. Em setembro do ano passado, o TRF4 aumentou a pena para 30 anos e nove meses. Apenas foi agravada devido a seus antecedentes. O ex-ministro já tem outra condenação por corrupção no caso do mensalão. O TRF4 negou os últimos embargos e autorizou a prisão também de Gerson Almada, ex-vice-presidente da Engevix, e do lobista Fernando Moura, antigo aliado de Dirceu (ABR).

"O diabo desta vida é que entre cem caminhos temos que escolher apenas um, e viver com a nostalgia dos outros noventa e nove".

Fernando Sabino (1923/2004)
Escritor brasileiro

BOLSAS

O Ibovespa: -3,37% Pontos: 83.621,94 Máxima estável: 86.537 pontos Mínima de -3,65% : 83.377 pontos Volume: 17,36 bilhões Variação em 2018: 9,45% Variação no mês: -2,9% Dow Jones: -0,22% Pontos: 24.713,98 Nasdaq: -0,21% Pontos: 7.382,47 Ibovespa

Futuro: -3,19% Pontos: 84.015 Máxima (pontos): 86.440 Mínima (pontos): 83.560 Global 40 Cotação: 778,697 centavos de dólar Variação: -0,98%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,6984 Venda: R\$ 3,6994 Variação: +0,65% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,78 Venda: R\$ 3,88 Variação: +0,78% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,6868 Venda: R\$ 3,6874 Variação: +0,19% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,6430 Venda: R\$ 3,8500 Variação: +0,71% - Dólar Futuro (junho)

Cotação: R\$ 3,6975 Variação: +0,46% - Euro (17h38) Compra: US\$ 1,1795 Venda: US\$ 1,1796 Variação: -0,12% - Euro comercial Compra: R\$ 4,3590 Venda: R\$ 4,3610 Variação: +0,48% - Euro turismo Compra: R\$ 4,3000 Venda: R\$ 4,5430 Variação: +0,58%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,40% ao ano. - Capital de giro, 9,32% ao ano. - Hot money, 1,08% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.289,40 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -0,16% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 153,690 Variação: +0,68%.